

Um dos cinco era do aparelho do terror

Subversivos entregues pelo Exército seguem para a Ilha

CINCO pessoas, entre elas um físico e um engenheiro agrônomo, foram levados para o DOPS, por uma força da Polícia do Exército, e estão sendo escoltados para a Ilha Grande.

Um dos cinco, o engenheiro, é apontado como responsável pelo aparelho da Rua Toropi, em Vila Cosmos, onde foram baleados dois oficiais e um cabo do Exército, e onde morreu o ex-sargento José Araújo da Nóbrega, outro subversivo.

Os presos são o engenheiro agrônomo Fausto Machado Freire (casado, Rua Luís Catanhede, 62, ap. 101), integrante do Comitê de Libertação Nacional — COLINA; o comerciante Antônio Maria Zacarias (Rua Benjamim Constant, 143, Glória); funcionário público José Roberto Monteiro (Rua Joaquim de Sousa Franco, 39, Campinas, SP); comerciante Válder Fernandes de Araújo (Rua Marquês de São Vicente, 200) e o físico Sérgio Lara Pereira Monteiro (casado, Rua Maestro Francisco Braga, 319, apt. 103).

Dominicanos

De volta de São Paulo, ontem, o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos, D. Aloísio Lorscheider, informou que o provincial da Ordem dos Dominicanos, frei Domingos Maia, vai levar à justiça, hoje, recurso em defesa dos padres presos em São Paulo, envolvidos em movimento subversivo.

O provincial frisou que os dominicanos devem obediência direta ao Vaticano, embora estejam, juridicamente,

ligados à arquidiocese de São Paulo, de que é titular o cardeal D. Angelo Rossi.

Dom Aloísio anunciou para amanhã, às 14 horas, na CNBB, uma entrevista coletiva do presidente da Conferência Episcopal Latino-Americana, D. Avelar Brandão, bispo do Piauí, que vai se referir à prisão dos dominicanos.

Condenado

O geólogo Euripedes Silva foi condenado ontem, pelo Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria do Exército, a dois meses e 15 dias de detenção, mas proclamado o resultado o juiz José Garcia de Freitas expediu o alvará de soltura porque o réu se encontrava preso do DOPS desde agosto.

Euripedes foi denunciado por ter sido preso dia 26 de agosto, próximo ao Hospital Miguel Couto, levando um embrulho com 355 panfletos considerados subversivos. Os advogados de defesa, Sobral Pinto e Modesto Silveira, sustentaram que o geólogo não chegou a distribuir os boletins, e que a nova lei de segurança não

pune os atos preparatórios ou tentativa de subversão.

O promotor José Manes Leitão, da 2ª Auditoria de Aeronáutica, pediu ao STM que matenha a sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha, que condenou os ex-sargentos Ademar Nicácio da Silva e José Conceição Dantas a 13 anos e quatro meses de reclusão, acusados de terem participado da chamada rebelião de Brasília, no governo João Goulart.

BELO HORIZONTE (A NOTICIA) — Já qualificados pelo Conselho Permanente de Justiça da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, os doze integrantes do grupo terrorista denominado COLINA (Comando de Libertação Nacional), implicados nos assaltos aos Bancos Comércio e Indústria, Lavoura e Mercantil e, Banco do Brasil (agência da Cidade Industrial), poderão ser condenados a 800 anos de prisão, tendo em vista a soma correspondente aos seus delitos. O Conselho repeliu a arguição de incompetência para julgar os subversivos e negou concessão para que um dos presos, Jorge Raimundo Nabas, ficasse na mesma cela com sua mulher, Maria José Carvalho Nabas.

Os terroristas são Afonso Celso Lana Leite, Jorge Raimundo Nabas, Júlio Antônio Bitencourt, Maria José Carvalho Nabas, Murilo Pinto Silva, Nilo Sérgio Meneses, Maurício Vieira Paiva, Pedro Paulo Brétas, José Raimundo de Oliveira, Angelo Pezzuti, Erwin Resende Duarte e Antônio Pereira Matos. To-

dos eram universitários, com exceção de Antônio Pereira Matos, trocador de ônibus, e de José Raimundo de Oliveira, expulso da Polícia Militar, onde chegara a segundo-sargento. Os membros do COLINA estão sendo bem tratados, na Penitenciária de Linhares, conforme salientou seu advogado.

As autoridades comprovaram que o grupo estava ligado ao Movimento de Libertação Nacional, recebendo instruções diretamente de Carlos Lamarca. Tratava-se de ramificação dos setores subversivos de São Paulo, porém sem contato direto com Marighela. Os doze componentes do grupo foram capturados no começo do ano, no bairro São Geraldo. Resistiram a bala, matando o subinspetor Moreira e o guarda José Artur. Estão enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

A Notícia

2º Caderno

Rio, 4ª-feira, 12 de Novembro de 1969